

Comunidades Epistêmicas: agentes de mudança em uma so- ciedade globalizada*

Andrea Azevedo

Graduanda do
curso de Ciência
Política/ UFB

Palavras-chave:
comunidades epis-
têmicas, globali-
zação, sociedade
civil.

Key Words:
epistemic commu-
nities, globaliza-
tion, civil society.

RESUMO: Neste artigo, relaciona-se a discussão sobre as comunidades epistêmicas ao debate sobre a constituição de uma sociedade civil globalizada. O papel das comunidades epistêmicas, nesse sentido, é fundamental: é por meio dessas comunidades de especialistas que o conhecimento e as novas idéias são capazes de transitar entre as esferas de decisão, nacional e transnacionalmente. Assim, observando como os agentes políticos se utilizam de novos argumentos trazidos pela discussão sobre a globalização e a sociedade civil, desenvolve-se uma análise do processo de tomada de decisões públicas que leva em consideração não só os agentes políticos nacionais, mas também seus pares transnacionais.

ABSTRACT: This paper relates the discussion about the epistemic communities to the debate about the constitution of a so called global civil society. The role of the epistemic communities is central: it's through these communities of specialists that knowledge and new ideas can move between the decision spheres, national and transnationally. That way, watching how political agents uses new arguments brought by the discussion about globalization and civil society, we develop an analysis of the process of making public choices, which takes into account not only the national political agents, but also their transnational peers.

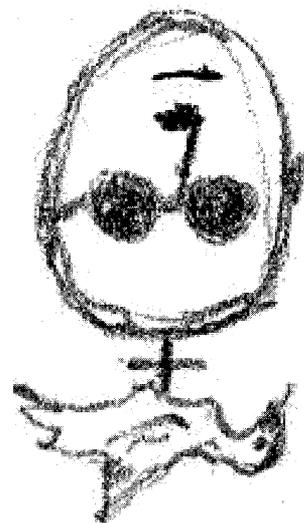
Introdução

Ao considerarmos qualquer trabalho com pretensões científicas, não podemos relevar a importância de uma análise detida sobre as circunstâncias sobre as quais está imerso o objeto de estudo. Descrever um objeto independentemente das circunstâncias sociais em que este se encontra, e em que seu observador está também inserido, significa negligenciar uma parte fundamental do fenômeno, sobretudo nas ciências sociais. A ciência não é a única forma do conhecimento humano, mas apenas uma das formas de conhecimento, e uma das implicações dessa afirmação é a de que não podemos desconsiderar o estudo da ciência – a epistemologia – em nossas análises da sociedade.

As teorias, base do conhecimento científico, podem ser entendidas como abstrações da realidade que se utilizam, comumente, de conjuntos de analogias enquanto representações simplificadas dessa realidade. Elas são instrumentos discursivos destinados a reunir, de forma lógica, sistemática, coerente e simplificada, o conhecimento acumulado acerca de um determinado aspecto do mundo da experiência, visando torná-la mais inteligível a partir, justamente, desses esforços de abstração (DIAS, 2003, p. 17).

Todavia, não podemos negar que a construção do conhecimento passa, também, pela construção do objeto, ou seja, do entendimento sobre a realidade que tem o sujeito, assumindo essa realidade como socialmente construída (BERGER&LUCKMANN, 1995). Partindo dessa premissa, podemos dizer que toda teoria carrega, em si, um traço subjetivo, que atuou na seleção, ordenação e explicação de uma dada experiência.

Assim, a inteligibilidade do objeto de estudos está relacionada de forma direta com as concepções sobre aquele mesmo objeto e sobre a forma mais adequada de realizar o empreendimento científico. A essa análise mais abstrata, que vai além do nível da abstração teórica e que leva em consideração o próprio estudo sobre a teoria, convencionou-se chamar metateoria. Definimos metateoria como "o aparato discursivo de integrantes de uma academia para se referirem e analisarem outro discurso acadêmico – o discurso teórico" (DIAS, 2003, p.23). É o objetivo desse estudo compreender a construção dos



*Este trabalho não seria possível sem o apoio das professoras Cátia Aida da Silva e Marisa von Bülow, do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília.

pressupostos que dão base a uma dada teoria, ontológica e metodologicamente.

A análise sobre a construção do conhecimento passa pela discussão dos requisitos que estabelecem o *status* científico do conhecimento, definindo, assim, o que este realmente vem a ser e os elementos que, se observados propriamente, permitirão seu acúmulo, ou seja, pelo entendimento epistemológico que perpassa a questão. Nesse sentido, a preocupação também passa a ser metodológica, considerando a importância da relação entre o conjunto de regras racionais e procedimentos condizentes com os aspectos metateóricos e adequados a uma dada esfera do conhecimento.

A validade de uma teoria passa pelo consenso sobre um dado corpo de conhecimento, a partir de uma noção finita e temporária de verdade, progressiva e consensualmente estruturada. As comunidades epistêmicas, nesse sentido, têm o papel de definir uma dimensão da realidade a partir da qual os atores envolvidos no processo político guiarão suas decisões. Sua influência social e política transpassa, muitas vezes, interesses econômicos e sistêmicos.

As comunidades epistêmicas e a formação da agenda política

O papel das idéias na teoria política, sobretudo nos estudos sobre políticas públicas, oferece uma oportunidade de explicar mudanças de políticas que muitas vezes as teorias baseadas nos pressupostos da escolha racional por si não são capazes de justificar. A importância das idéias na determinação dos interesses, e a sua capacidade de se estabelecer em instituições e práticas políticas, em termos de rotinas administrativas, são duas características que por si mesmas são notáveis no processo político e que permitem tomar as idéias enquanto fatores de análise independentes no estudo da política.

Dentro dessa perspectiva, entendemos a ação política como uma forma de interação discursiva. Aqui, a disputa entre diversos discursos se dá em torno da capacidade de estabelecer uma dada ordem e sedimentá-la em práticas e em instituições. Podemos entender essa disputa como a busca pelo poder de se estabelecer enquanto forma predominante de entendimento do real, a partir da capacidade de se atribuir significados para as ações dentro da organização da vida social, de acordo com suas perspectivas e interesses, buscando, sempre, despolitizar os outros discursos concorrentes (RIBEIRO, 2000, pp.512).

Os interesses dominantes, a partir dessa perspectiva, são reflexos do monopólio da produção de conhecimento e enfrentam, muitas vezes, a reação de atores que buscam articular novas narrativas, imagens e símbolos, classificando conceitos e contestando aqueles dominantes durante os processos políticos. A inserção institucionalizada desses outros discursos está ligada diretamente a questão da democratização

dos espaços de decisão política. A superação do triângulo de ferro burocracia, grupos de interesses e grupos políticos pela noção de pentágono de ouro, formado então por burocracias, grupos políticos, grupos de interesses, mercados financeiros globais e atores não governamentais transnacionais são uma das grandes contribuições do estudo das comunidades epistêmicas em políticas públicas.

Não é possível estabelecer um fator predominante, quando tratamos da relação entre interesses e idéias. As idéias são capazes de moldar interesses, enquadrando o mundo empírico a partir de entendimentos pré-estabelecidos sobre a realidade, como a linguagem, e, sobretudo, como os discursos que perpassam a construção dessas idéias. A análise da importância das idéias em política está diretamente ligada à constante necessidade de especialização do Estado frente aos temas que lhe são apresentados hoje como dilemas sociais, onde o conhecimento especializado se torna crucial na tomada de decisões e ação política.

Assim, a discussão pública entre os formuladores de políticas – tomados, numa análise inicial, como os agentes governamentais – passa, necessariamente, por uma disputa argumentativa em que muito pesa a habilidade dos falantes e a qualidade, legitimidade e consistência das informações. Dessa maneira, os diferentes valores e formas de conhecimento podem definir as alianças num momento de decisão, tendo uma função primordialmente argumentativa no processo. A mudança de políticas, nesse sentido, passa necessariamente pela apresentação de novos argumentos, morais e científicos, que possam criar novas bases para a formulação de políticas públicas.

Fica claro, dessa maneira, que essa perspectiva de análise inclui novos atores no processo político, ampliando a visão sobre o problema da formulação de políticas e de tomada de decisões na esfera pública, trazendo novos fatores a serem analisados, a partir de novas perspectivas de entendimento dos problemas. O processo político passa a ser caracterizado como uma arena argumentativa, onde se definem normas que vão estruturar os arranjos das políticas.

Nesse sentido, cabe agora definirmos, em termos próprios, nosso objeto de estudo. As comunidades epistêmicas podem ser definidas como redes de profissionais que podem se desenvolver tanto em âmbito nacional quanto transnacionalmente, reconhecidos em seus meios por seu saber e competência em um dado campo do conhecimento, com autoridade notória sobre esse campo e sobre o conhecimento que seria relevante na formulação de políticas (HAAS, 1992).

Sua importância na esfera pública se dá pelo fato dos atores julgarem e aprenderem durante o processo de decisão, e também, durante esse mesmo processo, reconhecerem aliados e pontos fracos em suas ações. A ação das comunidades epistêmicas se encaixa nessa configuração política a medida que sua influência é capaz de trazer experiências e novas informações à esfera pública.

As comunidades epistêmicas podem ser vistas também como atores que atuam em redes. Na ação em redes – *policy networks* – as idéias sobre como se vê o problema e sobre como resolvê-lo mantém certos atores unidos e equilibra os conflitos internos na arena de decisão. Ao compartilhar valores e experiências sobre determinado tema, atores podem se mobilizar em torno da defesa de certas políticas e princípios de ação referentes àquela agenda.

Uma crítica relevante a essa definição pode ser feita sobre a configuração dessas redes. Destaca-se, aqui, principalmente, a ligação em torno de uma temática específica de um dado campo do conhecimento, o que, se analisarmos o quadro da crescente tecnologia da informação e difusão do conhecimento em níveis cada dia mais transnacionais, despreza, em certo sentido, a importância das experiências locais e de movimentos que não estão no *mainstream* daquele campo, mas que podem trazer contribuições importantes ao desenvolvimento de boas práticas de governança.

Essas comunidades, organizadas a partir de uma temática específica, que pode congrega profissionais de diversas áreas – não necessariamente cientistas – se caracterizam por compartilhar crenças e princípios¹, sobretudo causais², e também bases de validação do conhecimento, além de práticas e experiências comuns, como já foi dito, associados a problemas nos quais sua competência profissional e volume de conhecimento está engajada e reconhecida pela sociedade (HAAS, 1992, pp.3). Compartilham ainda uma base de conhecimento comum, onde, por sua vez, também ocorrem debates e discussões que levam ao refinamento de idéias e desenvolvimento de novos consensos.

A dinâmica de formação e importância da ação dessas comunidades epistêmicas estão diretamente ligadas a problemas de informação – incerteza, interpretação e institucionalização. Informação diz respeito a descrições de processos sociais e físicos – pelo estabelecimento de causas e conseqüências – que passam, necessariamente, como vimos, por processos de interpretação do responsável pela sua produção e legitimação. Sua força deriva diretamente dessa importante conexão entre descrição e interpretação, onde prevalecem, muitas vezes, considerações normativas, que no caso das comunidades epistêmicas, são importantes por diferenciar seus membros daqueles responsáveis pelo simples cálculo de interesses no processo de tomada de decisão.

À medida que aqueles que tomam decisões tanto em nível nacional quanto em nível transnacional solicitam informações e delegam responsabilidades a agentes que produzem conhecimento, estes atores estão reconhecendo e legitimando esses agentes em outros níveis, a medida que os fortalecem em credibilidade e lhes dão a possibilidade de inserir novos pontos na agenda de decisões ou dar novas luzes a temas estabelecidos. Todavia, também institucionalizam esses grupos e suas visões, enquadrando-os enquanto proble-

ma político, para além de sua carga normativa. As comunidades epistêmicas têm a capacidade, sobretudo, de reduzir incertezas a partir de conhecimento especializado, mas correm o risco de comprometer suas demandas ao institucionalizá-las, generalizando o problema.

Todavia, a articulação de políticas em torno de comunidades epistêmicas também não está livre de conflitos, tanto internos quanto externos. Os embates entre os argumentos acadêmicos e as rotinas institucionais, burocráticas, de controle centralizado, dificultam a atividade dessas redes, mesmo porque há, dentro das próprias burocracias, muitas vezes, grupos de especialistas que buscam defender suas posições³.

Podemos observar, frente a essa situação, uma contraposição entre dois diferentes princípios de racionalidade. As comunidades epistêmicas têm base em uma consideração de autoridade cognitiva, e, nesse sentido, tem uma percepção distinta, técnica, das situações, e além de ressaltar sua articulação normativa sobre os temas, pode também perpetuar práticas excludentes. Diferentemente, a percepção política que embasa a tomada de decisões de atores eminentemente políticos, como, por exemplo, as burocracias, está focada sobretudo nas questões sociais e de alocação dos recursos que lhes são disponibilizados em uma dada situação, enfrentando dilemas essencialmente políticos (HAAS, 1992, p.3).

Nesse quadro, é crucial a importância das comunidades epistêmicas em minorar as incertezas que permeiam a tomada de decisão, frente à crescente complexidade e aos novos desafios que se apresentam no processo político. Esse tipo de problema de informação, como já foi dito, explicita um conflito notório entre as instituições políticas e as comunidades epistêmicas, que fica claro principalmente em situações críticas, onde decisões devem ser tomadas com agilidade.

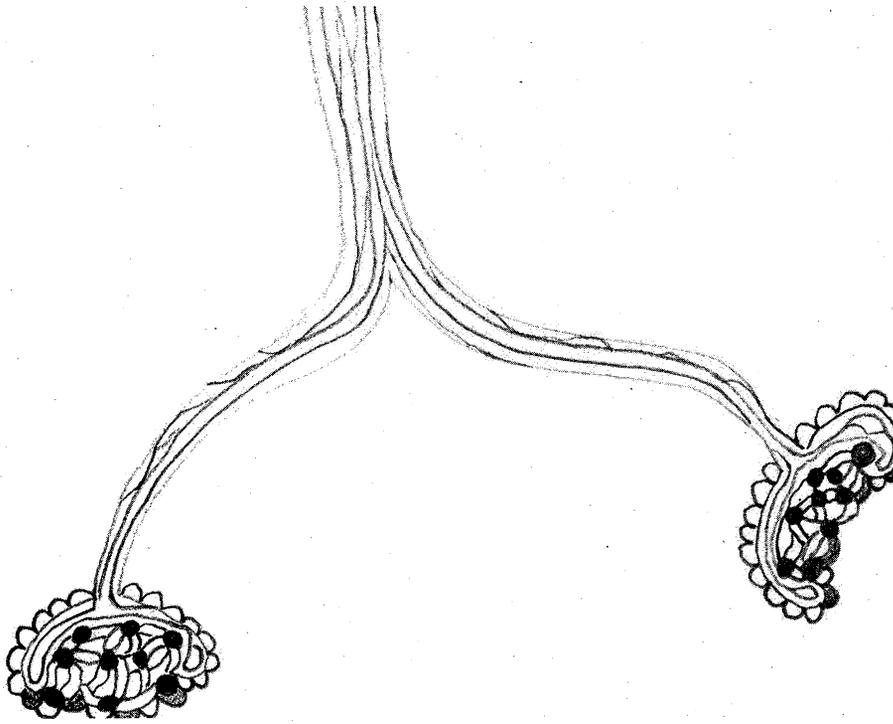
O conceito de incerteza é crucial para determinação das ações em crises, onde a ação política é prejudicada pela falta de preparação e onde sempre há o risco de se seguir uma prática rotineira, guiada por técnicas pré-determinadas, que pode se mostrar ineficaz. Assim, as comunidades epistêmicas surgem como opções, mostrando ser relevante a presença de conselheiros técnicos capazes de ensinar novos comportamentos nessas situações de crise, suprimindo as insuficiências das burocracias especializadas frente às novas demandas em vários estágios de decisão.

Podemos afirmar que as comunidades epistêmicas têm papel importante não apenas em minorar incertezas mas também em dar mais transparência às ações – baseadas em princípios causais, crenças e idéias – favorecendo a cooperação por meio do consenso. Todavia, ao mesmo tempo em que não se pode negar sua importância na superação do conservadorismo, trazendo à tona visões ignoradas pelas configurações políticas estabelecidas, também não podemos afirmar o quão efetivo esse consenso pode ser em termos de cooperação, visto que muito pouco ainda foi dito e pesquisado, empiricamente, sobre o tema.

1 Aqui encontramos a diferenciação entre comunidade científica e comunidades epistêmicas. Enquanto essas têm como uma das características fundamentais de seu funcionamento a defesa de crenças, princípios e projetos comuns, aquela não está necessariamente vinculada por laços normativos.

2 Crenças causais, entendidas aqui como o que se acredita ser a causa, no contexto dessas comunidades, do problema que as une. "They serve as the basis for elucidating the multiple linkage between possible policy actions and desired outcomes" (Haas, 1992, p.3).

3 Temos que considerar também que os membros da comunidade científica não estão livres dessa pressão política, principalmente no que tange à questão do fomento de pesquisa.



Comunidades epistêmicas como agentes de uma sociedade civil globalizada

Para Haas (1992), a influência das comunidades epistêmicas na coordenação de políticas está ligada, sobretudo, a sua capacidade de demonstrar, a partir de determinados princípios causais, a necessidade daquela decisão (HAAS, 1992, pp.30), ou seja, estabelecendo relações de *counterfactuals* - determinando as influências de um problema sobre outro, aparentemente sem ligação direta - dentro das temáticas defendidas. Deve-se atentar, também, para os interesses e procedimentos que perpassam as diferentes instituições - considerando sua história e sua formação, podemos dizer, levando em conta as relações de *path dependence* que lhes são próprias. Assim, uma comunidade epistêmica é capaz de tornar sua perspectiva tema central na agenda, atingindo agentes nacionais e transnacionais - onde a troca de informações, institucionalizadas ou não, é elemento crucial - por meio de canais de interação que são, hoje, cada dia mais numerosos.

De toda maneira, a questão da incerteza, que já tivemos a oportunidade de discutir, não está restrita às arenas decisórias e seus efeitos não se limitam a ela. O peso da influência da sociedade na difusão e legitimação do conhecimento é notório, e aqui podemos inserir importantes adendos a partir das teorias da sociedade civil e da teoria política contemporânea.

Podemos utilizar argumentos de dois importantes autores marxistas da teoria política contemporânea para trabalharmos a questão do potencial legitimador das comunidades epistêmicas. Antonio Gramsci (1976) e Claus Offe (1984) estruturam dois conceitos correspondentes, respectivamente, a hegemonia e a legitimação. A função legitimadora

do Estado de Offe (1984) e o conceito de hegemonia de Gramsci (1976) são correspondentes na medida em que o Estado não é simplesmente um instrumento da classe capitalista, mas está sujeito às pressões dos governados, seja na figura da sociedade civil de Gramsci (1976), seja na legitimação de Offe (1984).

Nos concentraremos, aqui, no conceito gramsciano de hegemonia, pioneiro, nas teorias marxistas, no estudo do papel da sociedade civil. O conceito se insere no corpo da teoria ampliada do Estado, tomado este enquanto resultado da interação entre dois instrumentos fundamentais: o estado, enquanto aparelho de coerção, e a sociedade civil, como conformadora do consenso. Quando falta o consenso, entra em cena o aparelho repressivo. O consenso ativo é característico da legitimidade, aceitação da dominação, em contraposição à dominação baseada no uso da força.

Gramsci (1976) trabalha a idéia de contra-hegemonia enquanto possibilidade de disputa e construção de novos consensos na batalha política pela sociedade civil - uma visão propriamente democrática - com seu fortalecimento visando tomar o instrumento coercitivo do Estado, abrindo caminho para uma alternativa democrática dentro da construção marxista, creditando a uma sociedade civil forte a possibilidade de articular esse levante contra-hegemônico.

Assim, podemos argumentar que a base do conhecimento especializado, que permeia toda a lógica de ação das comunidades epistêmicas, quando refletidas nas decisões estatais, cria um argumento legitimador, principalmente quando em confronto com o que tomamos como esfera pública - o espaço definido, na teoria habermasiana, para a formação de consenso. Todavia, podemos argumentar também que os consensos podem ser revertidos - e esse é também um dos principais desafios às comunidades epistêmicas.

Partindo da perspectiva das teorias da globalização e da ação das comunidades epistêmicas podemos perceber, inegavelmente, que integramos hoje uma sociedade permeada por conflitos e inter-relações que ultrapassam as fronteiras formais do estado nacional e mesmo das condicionantes de tempo e espaço sob as quais estávamos comumente submetidos em nossa vida cotidiana. A partir dessas mudanças, muitas questões foram argüidas tendo como base as mudanças de entendimento sobre essas novas condicionantes da ação social, em termos transnacionais. Considerando o fenômeno das comunidades epistêmicas, não podemos negar que, em grande parte, este se afirma enquanto movimento global. Todavia, não podemos considerá-lo sem as devidas críticas.

As argumentações teóricas sobre a globalização, em termos gerais, observam um notório enfraquecimento das fronteiras do Estado Nacional frente às novas demandas de uma sociedade inegavelmente diferente daquela sobre a qual as bases fundamentais dessa organização foram lançadas. Para alguns globalistas moderados como Manuel Castells (1996) e David Held & Andrew McGrew (2001), a consequência desse enfraquecimento é a perda de poder desse Estado. Dessa forma, é necessária uma reconfiguração da democracia para que essa possa atender as demandas de uma nova organização nacional, que precisa responder, ao mesmo tempo, às questões levantadas pela ordem transnacional e pelas lutas de autonomia local. É nessa linha globalista que se fortalece a idéia da sociedade civil global, assim como o fortalecimento, também, das instituições tanto do direito internacional quanto de outros mecanismos reguladores nas relações internacionais.

Considerando essa corrente globalista, as perspectivas teóricas mais recentes sobre a sociedade civil, como a sociedade em redes de Manuel Castells (1996) e as redes transnacionais de Keck & Sicking (1998) em termos gerais, utilizam um mesmo argumento fundamental: o enfraquecimento das fronteiras do Estado Nacional e, conseqüentemente, a perda de poder desse Estado frente às novas demandas de uma sociedade inegavelmente transnacionalmente organizada. Fundamental nesse processo, a formação de uma sociedade civil para além desses limites, globalizada, é vista tanto como agente desse enfraquecimento quanto como resultado dele.

Dentro desse escopo, são duramente criticadas essas perspectivas globalistas que tomam a sociedade civil como baluarte da democracia e do espaço público livre e não-hierarquizado, depositando nela as esperanças de uma configuração mais justa da vida nesses novos parâmetros de sociedade. Essas perspectivas otimistas são também impróprias para uma análise coerente do desenvolvimento da sociedade civil em termos transnacionais, e também para as novas perspectivas sobre o estado nesse contexto de mudança de paradigma referentes aos projetos de construção das relações sociais.

Sob essa orientação, podemos lançar luzes sobre um problema típico dessas abordagens, po-

demos dizer, simplificadas da sociedade civil global: a perspectiva localista sobre as quais muitas dessas análises se articulam, perdendo, assim, o lastro cultural global que seria capaz de ancorar suas manifestações, segundo a perspectiva habermasiana de sociedade civil global como esfera pública global. Dentro da análise habermasiana da sociedade civil, essa dimensão cultural é base necessária para a formação da opinião pública.

Uma análise sobre comunidades epistêmicas pode ser feita a partir do conceito do jogo de dois níveis, de Robert Putnam (1988). Dentro de uma linha de pensamento globalista moderada, o autor analisa as relações entre os diferentes níveis de influência e de ação estratégica - nível local e nível transnacional - afirmando que as decisões e liberações feitas em um dos níveis podem afetar diretamente o outro. Todavia, Putnam (1988) assume que uma perigosa armadilha metodológica está atrelada a essa perspectiva: a dificuldade em determinar as reais forças de influência entre esses níveis - ou seja, estabelecer o chamado *counterfactual* entre os grupos de interesse domésticos e a formação da posição internacional de um determinado país, ou vice-versa.

Podemos pensar sobre as mesmas bases e fazer o mesmo questionamento a respeito das comunidades epistêmicas. As discussões em âmbito transnacional são estruturadas na esfera pública nacional de uma forma distinta. Podemos dizer que o enquadramento dessas informações a ser estabelecido em nível nacional responde às articulações e interesses que não estão ligados necessariamente à esferas de discussão pretensamente globais, tanto se considerarmos as relações com o estado e quanto aquelas estabelecidas com a sociedade civil local (COSTA, 2003).

A influência das comunidades de especialistas não pode ser confirmada diretamente por uma mudança no curso de ação em termos de tomada de decisão, e, ao mesmo tempo, não se pode negar que, ao assumir certos parâmetros cientificamente embasados, assumindo também justificativas difundidas por esses grupos, os atores da arena política estão referendando, mesmo que indiretamente, a ação das comunidades epistêmicas, que ganham em credibilidade. As pressões que as comunidades epistêmicas podem exercer, mesmo sobre outros especialistas, pode ser útil, sobretudo, na abertura dos sistemas nacionais, quando se trata de temas internacionalizados, e na entrada de novos temas na agenda política transnacional.

Ainda sobre esse tema, podemos considerar a importância das comunidades epistêmicas na difusão de informações, como já afirmamos no início de nossa análise. Credibilidade, sobretudo quando se trata de temas a serem discutidos em arenas transnacionais e sobre os quais é necessário respaldo em âmbito nacional é uma variável sobre a qual as comunidades epistêmicas podem exercer um importante papel, por meio da formação de consensos, como redes políticas que são capazes de envolver Estado e sociedade, estruturando sistemas de representação de interesses

e normas capazes de aglutinar agentes (CARVALHO, 2003).

É fundamental, para o entendimento do que é considerado como "sociedade civil global", a compreensão do conceito de esfera pública habermasiana. Jürgen Habermas (1989), autor alemão, herdeiro e crítico da escola de Frankfurt, a partir de sua concepção de democracia deliberativa, abre um novo espaço onde o papel da sociedade civil pode ser revisitado.

A esfera pública é o espaço da deliberação que surge entre a esfera privada e o Estado, espaço este caracterizado pela possibilidade de discussão e crítica sobre as decisões políticas por parte dos indivíduos privados, com base em outro importante conceito habermasiano, o agir comunicativo. A sociedade civil, nesse contexto, tem um espaço de ação fundamental na configuração da esfera pública, abrindo novas possibilidades deliberativas e críticas às ações estatais. Essa separação, segundo Avritzer (2000, p.63), "constitui a separação entre a capacidade reflexiva dos indivíduos e a esfera da realização dos interesses materiais desses mesmos indivíduos", ou seja, a separação entre o que é cultural e o mundo material – o que, seguindo a linha dos frankfurtianos, configura a base da crítica habermasiana à mercantilização da cultura e burocratização da política, ou seja, a decadência da esfera pública, pela falta do elemento reflexivo.

Todavia, a construção habermasiana também não está livre de críticas, e a mais contundente delas se encontra na teoria da sociedade civil, sobretudo no que diz respeito aos estudos sobre mídia. A mídia, parte fundamental na difusão cultural, é alvo das principais críticas habermasianas, porque se sujeita, muitas vezes, mas não sempre, aos imperativos da mercantilização da cultura. Para a teoria crítica, a mídia não limita os espaços de interação e reflexão, e, afirma-se, com o desenvolvimento da sociedade civil e da utilização desses espaços por ela, sobretudo em âmbito global, pode até expandir esses processos interativos, onde "as associações voluntárias desempenham o papel de redes de formação de novas identidades e solidariedades comunicativas capazes de tematizar novos temas, agregar novos atores e tornar contenciosas questões anteriormente relegadas à esfera privada" (AVRITZER, 2000, p.67).

Podemos, dentro tanto da concepção habermasiana quanto a partir de sua crítica, ressaltar o importante papel que as comunidades epistêmicas representam na construção dos argumentos globalistas. As comunidades epistêmicas têm um alcance transnacional cada dia maior, com a ampliação dos canais de acesso à informação e pela própria idéia de difusão do conhecimento. Identificamos seu potencial de facilitar consensos dentro de determinadas temáticas transnacionais ao disponibilizar informações e estabelecer ligações entre fenômenos, e, ao mesmo tempo, reconhecemos nela importantes focos de reflexão, a partir do momento em que essas informações são questionadas, seja dentro da própria comunida-

de, ou por outros grupos que trabalham a mesma temática.

Uma nova questão surge a partir de uma observação importante: as comunidades epistêmicas trabalham, sobretudo, por temáticas. Assim, como podemos afirmar o surgimento de uma sociedade civil global, e de uma esfera pública plenamente globalizada? Aqui, abrimos duas possibilidades de análise sobre este problema: considerar as comunidades epistêmicas enquanto atores não de uma sociedade civil globalizada, mas de subsistemas globais, que se articulam em torno de temas específicos; ou analisá-las enquanto redes temáticas.

A opção pela análise em redes se mostra mais interessante pela própria lógica de ação das comunidades epistêmicas. Na visão de autores como Manuel Castells (1996) uma visão da sociedade em redes representa uma forma de organização social estabelecida em nível global, onde os espaços de fluxos tomam o lugar dos espaços de lugares, conformando, assim, a estrutura social como um conjunto de nós interconectados. Essa concepção lança bases para um novo entendimento sobre a afirmação de identidades numa nova estrutura social, globalizada. Segundo Castells (1996, p.22), a identidade é entendida como "o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras fontes de significado".

Outro importante conceito é o de redes transnacionais de defesa, organizações transnacionais de ação estratégica, horizontalizadas e baseadas na informação, como nos afirmam Keck e Sikkink (1998). As redes transnacionais de defesa, grupos de ativistas unidos em prol de idéias e valores comuns, são definidas como: "forms of organization characterized by voluntary, reciprocal, and horizontal patterns of communication and exchange"* (KECK & SIKKINK, 1998, p.8), articulando-se sobre novos usos dos sistemas de comunicação, de estratégias políticas e de meios não convencionais de mobilizar informação e indivíduos. Buscando enquadrar temas sobre a perspectiva de discursos comuns, determinando objetivos e construindo significados, essas redes são capazes de engendrar novas idéias, normas e discursos dentro do debate político, além de trazer também novas fontes informacionais para esses meios, a partir de suas densas estruturas comunicativas.

Conclusão

Associando os argumentos lançados sobre redes de defesa e os conceitos de sociedade em rede podemos levantar um mesmo questionamento sobre a horizontalidade nas relações estabelecidas em redes nesses dois sistemas de análise. A questão do poder entre esses espaços de fluxos – a hierarquização dessas relações, que influenciariam diretamente também a formação

*NdE: "Formas de organização caracterizadas por padrões voluntários, recíprocos e horizontais de comunicação e troca"

da identidade, em termos de constrangimentos e possibilidade de manipulação das visões sobre determinados temas, ou seja, de disputas sobre a preponderância de um dado conjunto de idéias, é, muitas vezes, deixada de lado nessas análises do processo de produção de políticas públicas.

Enquanto Castells (1996) assume o credo da inovação tecnológica, globalizando o acesso a uma multiplicidade de possibilidades, não questiona as estruturas de poder existentes internamente a essa nova ordem – estruturas essas que podem exercer o mesmo tipo de controle e estabelecer restrições de acesso dentro dessa sociedade em rede. Em termos de comunidades epistêmicas, certamente é inegável que os avanços tecnológicos possibilitaram a ampliação dos canais de acesso e de troca de informações, mas também não podemos esquecer que, como já afirmamos, as pressões e restrições na produção e mesmo na difusão desse conhecimento existem, de maneira direta ou indireta, nacional ou transnacionalmente.

Keck e Sikkink (1998) deixam de lado esse importante ponto ao assumir que as interações são também elas produtos construídos com base em idéias, princípios e interesses pré-configurados, dentro da lógica de determinados grupos, delimitando, assim, possibilidades de diálogo e de discussão, limitando, também, o conflito. Essa crítica nos leva a reafirmar a importância das comunidades epistêmicas no estudo da ação da sociedade civil transnacionalizada, mesmo que apenas em termos de redes de defesa, de temática restrita. A definição dos problemas, princípios e interesses envolvidos em uma rede de interações entre agentes passa diretamente pela questão de quais idéias estão por trás desse conjunto de interações, ligando e afastando esses nós, com força e capacidade de ampliar essas redes e lhes garantir legitimidade.

Contando um número relativamente pequeno de membros, e como vimos, tendo como principal função a ampliação dos horizontes de conhecimento nas decisões públicas, as comunidades epistêmicas não estão livres da necessidade de divulgação e de popularização desse conhecimento. Quando os princípios e idéias defendidos por uma comunidade se institucionalizam, essa necessidade se torna premente, visto que as decisões políticas carecem de legitimidade e são postas, constantemente, à prova no debate público. Assim, contrapõem-se as idéias do senso-comum ao conhecimento científico propriamente dito, e aqui temos um conflito que pode ter como elemento central um importante agente que, podemos dizer, pode agir como intermediário entre essas duas partes: a mídia.

Os meios de comunicação de massa, nesse sentido, são agentes fundamentais para a disse-

minação de informações e para a consolidação de determinadas perspectivas sobre muitos problemas políticos ligados diretamente às temáticas que dependem, fundamentalmente, do conhecimento técnico. Eles são capazes de delimitar agendas, e se não podemos afirmar que têm força suficiente de construir consensos sobre determinados temas, é clara sua capacidade de mobilização pela superexposição de certas premissas.

Nesse sentido, não se pode considerar que o campo midiático é um mero elemento de difusão de discursos políticos ou meio pelo qual os mais diversos grupos expressam, de forma livre e irrestrita, suas opiniões sobre qualquer assunto. As assimetrias dentro do próprio campo da mídia existem e devem ser consideradas quando analisamos a influência da mídia sobre qualquer evento social. Justamente essa condição de assimetria é um dos elementos que torna o estudo da interação entre o campo midiático e o campo político interessante: ao revelar a clara desigualdade na distribuição do poder de dispor dos recursos que possibilitam enquadrar um tema ou discussão segundo um determinado princípio de organização, como argumenta Goffman (1995), a análise da interação entre a mídia e a política se torna uma questão de luta por reconhecimento de uma forma de representação do mundo social sobre as outras.

E a reprodução de determinados padrões culturais, sobretudo quando relacionados a padrões econômicos, impede que a diversidade cultural de uma determinada sociedade se expresse de forma completa, restringindo, assim, a voz de outros grupos na disputa por reconhecimento de suas representações do mundo social. A relação entre o campo econômico e o campo da mídia, nesse contexto, não deve ser desconsiderada na definição dos objetivos e características do campo midiático, sobretudo no que se refere a sua autonomia. A mídia é capaz de "formular preocupações públicas" (Miguel, 2002, p.10) com base na visibilidade que dá a certos temas, e também de delimitar as possibilidades de representação desses temas, ao reconhecer ou refutar determinados aspectos de uma discussão, mas não é capaz de, simplesmente, definir a dinâmica do campo político ou se submeter totalmente ao campo econômico. Como já dito, é possível que esses dois campos se influenciem mutuamente, mas espaços de autonomia estão marcadamente delimitados em ambos os lados. O problema, aqui, é simbólico, e trata da importância da pluralidade de vozes tanto nas discussões quanto no processo de deliberações públicas a partir da forma como os debates são enquadrados pela mídia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

- AVRITZER, Leonardo. (2000), "Entre o diálogo e a reflexividade: a modernidade tardia e a mídia". Em: AVRITZER, Leonardo. DOMINGUES, José Maurício, (org.). *Teoria Social e Modernidade no Brasil*, Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- AVRITZER, Leonardo. (2002), "Em busca de um padrão de cidadania mundial". *Lua Nova*, 55-56: 29 - 55.
- BAUMAN, Zigmund. (1998), *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- BECK, Ulrich. GIDDENS, Anthony. LASH, Scott. (1995), *Modernização Reflexiva*. São Paulo: Editora Unesp.
- BERGER, Peter. LUCKMANN, Thomas. (1995), *A construção social da realidade*. 12. ed. Petrópolis: Vozes.
- CARVALHO, Maria Izabel. (2003), "Estruturas domésticas e grupos de interesse: a formação da posição brasileira para Seattle". *Contexto Internacional*, 25, 2, julho/dezembro: 363 - 401.
- CASTELLS, Manuel. (1996), *O poder da identidade*, São Paulo: Paz e Terra.
- COHEN, Jean. (2003), "Sociedade civil e globalização: repensando categorias". *Dados*, Rio de Janeiro, 46, 3: 419 - 459.
- COSTA, Sérgio. (2003), "Democracia cosmopolita: déficits conceituais e equívocos políticos". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18, 53, outubro: 19 - 32.
- DIAS, Frederico Seixas. (2003), *As teorias e o papel das idéias nas relações internacionais*. Tese de Mestrado, Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília.
- GOFFMAN, Erwin (1995), *As representações do eu na vida cotidiana*. Petrópolis (RJ): Vozes.
- GRAMSCI, Antonio. (1976), *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- HAAS, Peter. (1992), "Introduction: Epistemic Communities and International Policy Coordination", *International Organizations*, 6, 1, Cambridge University Press: 1 - 35.
- HABERMAS, Jürgen. (1989), *Consciência Moral e Agir Comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- HELD, David & MCGREW, Andrew. (2001), *Prós e Contras da Globalização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- KECK, Margaret E. & SIKKINK, Kathryn. (1998), *Activists beyond borders: Advocacy networks in international politics*. Ithaca and London: Cornell University Press.
- JOHN, Peter. (1998), *Analysing Public Policy*. London: Continuum.
- MIGUEL, Luis Felipe. (2002), "Os meios de comunicação e a prática política". Em: *Lua Nova: revista de cultura e política*, São Paulo, 55-56.
- OFFE, Claus. (1984), *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- PUTMAN, Robert. (1998), "Diplomacy and domestic politics: the logic of the two level games". *International Organizations*, 42, 3: 427 - 460.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. (2000), "Política Cibercultural: ativismo político à distância na comunidade transnacional imaginada-virtual".
- ALVAREZ, Sonia et. al *Cultura e política nos movimentos sociais latino americanos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, pp. 465 - 502.

Andrea Azevedo é graduanda do nono semestre do curso de Ciência Política da Universidade de Brasília. Áreas de interesse: teoria política, políticas públicas, mídia e política, globalização. E-mail: andrea_apinho@yahoo.com.br